

CADERNO DE PROPOSTAS AMAZONAS

5^a

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



FLACSO
BRASIL



UnB

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CADERNO DE PROPOSTAS

AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

Desde a década de 1930, as conferências nacionais buscam estabelecer agendas comuns entre o Estado e a sociedade, e têm resultado em impactos relevantes nas políticas públicas federais. Por meio das conferências nacionais, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem ampliado a discussão acerca da formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, priorizando temas relevantes para o conhecimento e a discussão com a sociedade, que refletem o amadurecimento da política ambiental brasileira.

Neste contexto, a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) tem como tema central “Emergência climática: o desafio da transformação ecológica”. Para abordar essa questão de maneira abrangente, foram escolhidos cinco eixos para organizar as propostas da sociedade brasileira: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Transformação Ecológica, Justiça Climática, e Governança e Educação Ambiental.

A CNMA é instrumento de realização da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e visa fortalecer as políticas nacionais e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, por meio da democratização do processo de construção da política pública, da ampla mobilização social e do debate inclusivo.

Além de subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o processo de ampla participação social e debates da 5ª CNMA também apresenta como objetivos específicos: contribuir para o conhecimento e difusão sobre emergência climática e a agenda política correlata; consolidar preferências da sociedade em uma agenda de mitigação coerente com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C; contribuir para que medidas de adaptação sejam adotadas pelos municípios; incentivar a ampla participação de populações e de territórios em situação de vulnerabilidade climática nos diálogos sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas; e promover a Transformação Ecológica no Brasil.

A primeira etapa deste processo foi a realização das conferências livres, municipais e intermunicipais. A segunda etapa é a realização das conferências estaduais e distrital. Por fim, o processo culmina na etapa nacional, em Brasília, com a realização da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente.

As conferências municipais, intermunicipais e livres ocorreram entre 11 de junho de 2024 e 26 de janeiro de 2025 e tiveram como objetivo incentivar a ampla participação da população na construção de propostas para enfrentar os desafios climáticos, além de eleger delegados e delegadas que representarão os municípios na etapa estadual. O cadastro das propostas oriundas das conferências municipais, intermunicipais e livres foi feito na Plataforma Brasil Participativo e, seguindo o calendário, foram consideradas as propostas cadastradas até 02 de fevereiro de 2025.

Este caderno apresenta as propostas oriundas das conferências municipais e intermunicipais do estado do **Amazonas (AM)**.

SOBRE O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

A sistematização das propostas da etapa municipal, intermunicipal e livre da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente foi realizada por etapas. Uma base de dados tabulada foi criada, compilando todas as propostas submetidas na Plataforma Brasil Participativo (gov.br/cnma). Neste processo, a equipe conferiu todas as propostas, suas vinculações com as conferências/eventos cadastrados, eixos temáticos e seus municípios de origem. A compilação dos dados manteve a fidelidade ao texto e o Eixo Temático indicado na Plataforma, respeitando o processo participativo das Conferências.

Após essa primeira etapa, separaram-se as propostas por Unidades da Federação (UF), seguindo a divisão dos 5 Eixos Temáticos, e preenchidos diretamente pelas pessoas: (i) Mitigação; (ii) Adaptação e Preparação para desastres; (iii) Justiça Climática; (iv) Transformação Ecológica; e (v) Governança e Educação Ambiental. **As propostas não tiveram seus eixos alterados.**

Em algumas situações, as pessoas proponentes escreveram duas sugestões dentro de um mesmo campo da submissão. Neste caso, onde explicitamente foram feitas duas propostas, por exemplo, com enumeração delas, a proposta foi dividida e apresentada como duas inserções distintas, mantendo-se o código, mas com textos separados. Para realizar essa divisão foram considerados os seguintes critérios: se a Conferência só possuía uma proposta daquele eixo; se a proposta estava dividida por ponto e vírgula; se ela apresentava duas partes numeradas de forma diferente.

A partir deste tratamento de dados, foi realizada a etapa de aglutinação, que consiste em unir propostas semelhantes em uma única proposta, identificando os códigos das propostas originais.

Para garantir que toda contribuição do processo participativo da Conferência fosse contemplada, todo esforço foi feito para manter a integridade das propostas originais.

A identificação da proposta é formada pelo tipo de conferência seguida do número da proposta na plataforma. Ou seja, os códigos de identificação consistem no número original da proposta na plataforma, precedido por:

- CM para conferências municipais;

- CI para conferências intermunicipais;
- CL para conferências livres.

Apenas nos casos em que a redação apresentada nas propostas poderia ser vista como mensagem de conteúdo discriminatório, ou fortalecendo intolerância e discurso de ódio, ou ferisse o princípio da impessoalidade, a redação foi ajustada para se tornar compatível com o respeito aos processos democráticos e plurais.

DADOS GERAIS

O estado do Amazonas está localizado na região Norte e possui uma população de 3.941.613 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em 62 municípios. O bioma predominante é o Amazônico.

A etapa de Conferências Municipais e Intermunicipais no estado contou com a participação de 23 municípios, que elaboraram um total de 325 propostas. As propostas foram originadas de 21 conferências municipais, 1 intermunicipal e 24 livres.

As 325 propostas recebidas foram lidas e quando apresentaram convergência com outra proposta do mesmo eixo, foram aglutinadas e os códigos originais são apresentados ao lado da proposta. Os municípios que participaram do processo constam nominalmente na Tabela 1.

Tabela 1. Lista dos municípios envolvidos nos processos de discussão da Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado do Amazonas, em suas diferentes naturezas de eventos.

Atalaia do Norte	Manaus
Barreirinha	Manicoré
Benjamin Constant	Maués
Borba	Novo Airão
Caapiranga	Parintins
Careiro	Rio Preto da Eva
Coari	São Gabriel da Cachoeira
Codajás	São Paulo de Olivença
Envira	Silves
Guajará	Tabatinga
Iranduba	Tapauá
Itacoatiara	

A Figura 1 apresenta a distribuição espacial dos municípios participantes do estado do Amazonas.

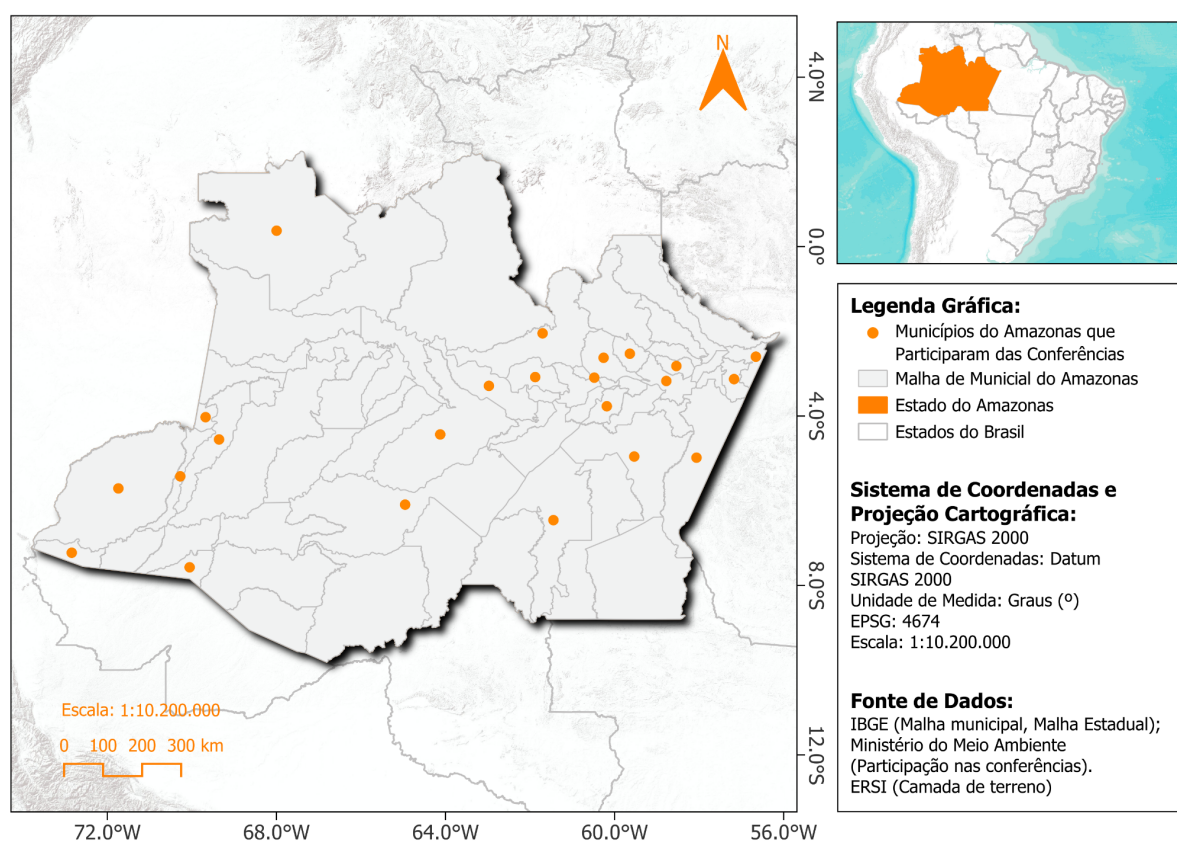


Figura 1. Mapa com a distribuição espacial dos municípios envolvidos nos processos de discussão da Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado do Amazonas, em suas diferentes naturezas de eventos.

As Conferências Municipais enviaram 195 propostas, a Intermunicipal enviou 10 propostas, e as Conferências Livres 120 propostas, assim distribuídas:

- Eixo 1- Mitigação: 58 propostas
- Eixo 2 - Adaptação e Preparação para Desastres: 52 propostas
- Eixo 3 - Justiça Climática: 71 propostas
- Eixo 4 - Transformação Ecológica: 55 propostas
- Eixo 5 - Governança e Educação Ambiental: 89 propostas

A distribuição das propostas por eixo temático e por tipo de conferência está ilustrada na Figura 2.

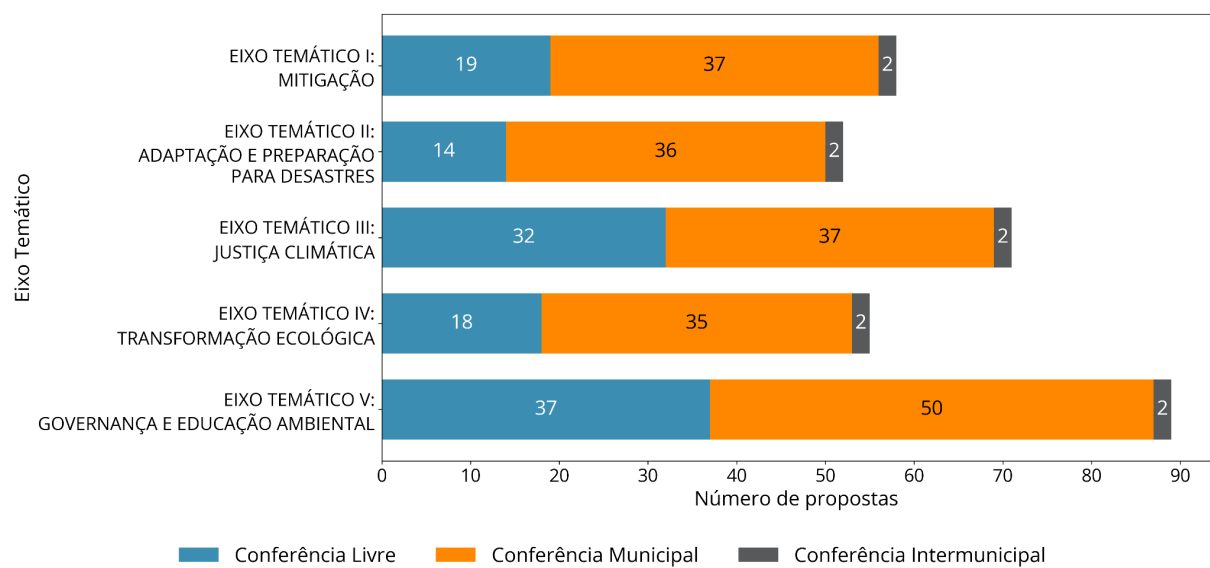


Figura 2. Distribuição das propostas por eixo temático e por tipo de conferência.

PROPOSTAS

EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO

Proposta	Código
Implementar projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, incluindo Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, com uso de espécies nativas, estimulando práticas agrícolas sustentáveis e contribuindo para a captura de carbono e redução de gases de efeito estufa.	CM31067; CI37511; CL37085
Priorizar a proteção de áreas verdes nos governos, reconhecendo seu papel no controle do clima, na biodiversidade e nos ecossistemas, e restaurar ecossistemas em áreas urbanas e periurbanas, restabelecendo áreas permeáveis com espécies nativas e participação das comunidades locais.	CL35999; CM34128
Debater estratégias de mitigação das mudanças climáticas com foco na promoção de uma transição justa para um futuro de baixo carbono, considerando as desigualdades regionais e sociais no Brasil.	CL32063
Ampliar e fortalecer as ações de controle do desmatamento e poluição do ar via os planos setoriais de mitigação, visando reduzir a emissão de gases de efeito estufa na natureza.	CL34827
Apoiar os agricultores na transição para práticas que reduzem as emissões, com o uso de cobertura do solo e rotação de culturas na Amazônia	CM32270
Promover transporte coletivo e sustentável na Amazônia Legal, incentivando bicicletas e veículos elétricos para reduzir a emissão de gases poluentes.	CL37084
Instituir projetos permanentes de Educação Ambiental nas Redes Públicas de Ensino, abordando temas de conservação da biodiversidade, resíduos sólidos, poluição dos rios, crise climática e implantação do mês do meio ambiente, com ações	CM22327; CM27656; CM39224; CL36000

práticas de plantio de árvores, projetos comunitários e participação no processo de restauração florestal, transformando-as em centros de produção de mudas.	
Identificar comunidades mais afetadas pelas cheias, especialmente aquelas localizadas em palafitas ou áreas de várzea, construir passarelas elevadas e reforçar habitações com materiais sustentáveis e duráveis, oferecer workshops para a população sobre técnicas de convivência com o regime de cheias e secas, incluindo captação de água da chuva e cultivo resiliente.	CL35732
Capacitar associações comunitárias, assentados, ribeirinhos e comunidades indígenas da Amazônia para a implementação e gestão de projetos de créditos de carbono, regulamentando essa prática de forma a promover a conservação ambiental, valorizar o conhecimento local e garantir a geração de renda sustentável para essas populações.	CM32303; CM39574; CM39598
Contemplar famílias carentes, incluindo zonas urbanas, áreas rurais, comunidades ribeirinhas indígenas e não indígenas, e ramais com acesso precário à energia elétrica, por meio de energia solar (placas solares), promovendo a curto prazo a transição energética para fontes renováveis, com foco na redução do consumo de diesel em 30% até 2027 e diminuindo os danos ambientais causados por termelétricas em todas as regiões do interior do Amazonas.	CM39464, CM39469; CM32991
Adotar sistemas fotovoltaicos em órgãos públicos municipais, escolas ribeirinhas e indígenas, e implementar programas de eficiência energética com fontes renováveis, como a solar, para reduzir o consumo de energia e as emissões de gases, substituindo usinas termelétricas por usinas fotovoltaicas e outras fontes não poluentes.	CM31076; CM39576; CI37510
Mudar a matriz energética para captação eólica e solar, conforme a viabilidade regional, e aproveitar o potencial bioenergético de estações de tratamento de esgoto e aterros sanitários, além de incentivar a transição para gás natural e outras matrizes sustentáveis.	CM34605; CM34129

Fortalecer as associações comunitárias e a agricultura familiar por meio de apoio técnico para sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas, compostagem e produção de mudas, além de implementar incentivos fiscais para práticas de agrofloresta diversificada, promovendo sustentabilidade agrícola, conservação ambiental, biodiversidade, saúde do solo e resiliência climática.	CM27651; CL32407; CL32409; CM40235
Implantar projetos de mecanização para pequenos e médios produtores, visando o reaproveitamento de resíduos das áreas cultiváveis, e estimular a produção diversificada e sustentável em áreas degradadas, reduzindo desmatamentos e queimadas desordenadas por meio de práticas agrícolas mais eficientes e ecológicas.	CM29082; CM39476
Destinar recursos para programas de capacitação de agentes ambientais, bombeiros e brigadistas, a fim de fortalecer a prevenção de incêndios florestais e o enfrentamento às severas estiagens, aliado à intensificação de campanhas anti-queimadas em todo o município para conscientização e redução de práticas nocivas ao meio ambiente.	CM36473; CM34601; CM38300
Melhorar exploração do gás natural em substituição ao diesel e gasolina.	CM33118, CM32392
Fomentar a produção de energia a partir da biomassa como alternativa sustentável, reduzindo o uso de combustíveis fósseis	CM33120; CM32392; CM38300
Reforçar a fiscalização da construção em áreas de risco, assegurando o cumprimento das leis vigentes e aplicando multas e outras penalidades por descumprimento	CM29086
Garantir o cumprimento da lei que proíbe a queima de resíduos em áreas urbanas, instaurando mecanismos de fiscalização na Amazônia	CM32269
Incluir no orçamento plurianual a arborização das fozes de igarapés urbanos, com foco na mitigação dos impactos das	CL37045; CL37069

mudanças climáticas, promovendo a recuperação ambiental, redução de emissões de carbono, controle de enchentes, melhoria da qualidade da água e do ar, e fortalecendo a sustentabilidade e a qualidade de vida nas comunidades locais.	
Destinar 5% dos recursos públicos para políticas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, garantindo a continuidade e eficácia de programas de combate à degradação ambiental, restauração de ecossistemas e promoção de soluções para mitigação e adaptação, sem dependência de doações ou fundos internacionais.	CL38995
Implementar o ICMS Ambiental, um imposto estadual que visa incentivar a preservação ambiental, aplicando alíquotas diferenciadas ou isenções para atividades e produtos que contribuem para a sustentabilidade e proteção do meio ambiente, buscando equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais.	CL32047
Implementar e incentivar a coleta seletiva, destinando recursos das três esferas de governo para suporte técnico e retorno financeiro aos municípios, com foco na destinação correta de resíduos recicláveis para usinas de triagem gerenciadas por cooperativas de catadores, além de instalar EcoPontos para engajamento comunitário e otimização da reciclagem.	CM27656; CM36458; CM37455; CL32408; CL32410; CM40189
Fomentar a implantação de aterros sanitários, unidades de triagem, tratamento e reciclagem, e promover a gestão sustentável de resíduos sólidos, incluindo coleta seletiva, compostagem e destinação final segura, com o encerramento de lixões a céu aberto e a implementação de usinas de triagem para evitar queimadas e poluição atmosférica, fortalecendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão de cooperativas de catadores no processo.	CM32980; CM33119; CM32304; CM38992; CM38956
Mitigar impactos ambientais por meio do reflorestamento comunitário, incentivo à energia limpa, economia circular e educação ambiental, criando programas de plantio, fomentando energias renováveis, fortalecendo cooperativas de reciclagem, capacitando agentes ambientais, monitorando	CL38481

emissões e combatendo o desmatamento, com o objetivo de reduzir poluentes.	
Estabelecer um protocolo ambiental nos órgãos públicos, garantindo que o poder público lidere pelo exemplo em práticas sustentáveis, com diretrizes para separação, reciclagem e descarte correto de resíduos, uso racional de água e energia, priorização de energias renováveis (como solar), combustíveis renováveis e adoção de veículos elétricos.	CL38996
Criar parcerias público-privadas que promovam as PANCs (plantas alimentícias não-convencionais) oriundas de projetos sustentáveis agroflorestais, de comunidades urbanas e de áreas reflorestadas.	CL36528
Implementar usina de compostagem para a produção de bioinsumos para a agricultura de baixo carbono.	CM27662
Implementar sistemas comunitários de monitoramento climático, com foco em inclusão e acessibilidade, por meio de aplicativos, SMS e distribuição de equipamentos simples, capacitando escolas e associações comunitárias para informar e alertar sobre condições climáticas, promovendo segurança e resiliência local.	CL37066

EIXO TEMÁTICO II: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Proposta	Código
Criar fundos de emergência e proteção para financiar planos de recuperação rápida e sustentável, integrando mudanças climáticas e desastres naturais no orçamento público, com apoio do setor privado e recursos de todas as esferas governamentais, incluindo um fundo específico para proteção da fauna impactada por desastres ambientais	CI37515; CM33032; CL35734
Estabelecer uma rede de colaboração entre o setor público, o setor privado e as comunidades para promoção de ações integradas de adaptação e prevenção a desastres ambientais, focando em soluções inovadoras e na mobilização de recursos financeiros e tecnológicos para proteger o Brasil das mudanças climáticas.	CL32066
Fortalecer as leis de proteção das APPs, criar corredores ecológicos resilientes nas cidades e implementar políticas como o "IPTU Verde" para incentivar a cobertura vegetal e reduzir riscos de desastres ambientais.	CL29110; CM34479
Criar consórcios intermunicipais para tratamento de resíduos sólidos (Aterro Sanitário) na Amazônia.	CM32271
Criar programas de assistência e Planos de Contingência Ribeirinho (PCR) para ações rápidas às famílias afetadas por desastres naturais e mudanças climáticas	CM36515; CM37458; CM36525
Realocar famílias em lares em consonância com o terreno e com seu modo de vida cotidiano, dando condições de segurança e melhoria de qualidade de vida, tendo como fator principal a criação de conjuntos residenciais com processos menos burocrático e acessíveis às famílias afetadas pelos desastres.	CM39477

Desenvolver projetos de adaptação às mudanças climáticas e investir em tecnologias inovadoras, como revestimentos reflexivos e materiais permeáveis, para reduzir ilhas de calor e melhorar o conforto térmico urbano.	CM31073; CM32272; CL37067
Ampliar investimentos na estrutura da Defesa Civil e em equipes de Bombeiros, Polícia Militar, Guarda Municipal e Secretaria de Meio Ambiente, modernizando equipamentos para reduzir riscos, perdas e danos em situações de emergência.	CM22266; CM29084
Investir em infraestrutura de saneamento básico, acesso à água, energia e coleta seletiva em áreas isoladas da Amazônia, integrando educação ambiental, mapeamento municipal, recomposição de matas ciliares, adequação do plano diretor e desmatamento zero, levando soluções sustentáveis para escolas e comunidades.	CL35993; CM33125
Mapear políticas públicas relacionadas ao uso e fornecimento de água potável, buscando adaptações culturais específicas para territórios indígenas e comunidades periféricas, garantindo acesso inclusivo à água, respeitando tradições locais e promovendo equidade hídrica.	CL37068
Retirar municípios do isolamento geográfico, abrindo a estrada para ter outra opção de acesso principalmente no período da estiagem.	CM34804
Mapear áreas de interesse público, por meio de audiência pública.	CM29081
Mapear, elaborar e implementar planos de recuperação de áreas suscetíveis a desastres, priorizando programas habitacionais para populações vulneráveis, além de criar um Programa Municipal de Reflorestamento para recuperar áreas degradadas.	CM34441; CM39203

Realizar concurso público para agentes e técnicos ambientais.	CM39203
Criar o Sistema Único de Meio Ambiente.	CM39226
Criar um Plano de Emergência Comunitário para Enchentes nos municípios, capacitando a população para agir em situações de risco.	CL37086
Focar na adaptação a desastres ambientais, promovendo ações preventivas para minimizar os impactos das mudanças climáticas nas populações mais vulneráveis do Brasil.	CL32065
Criar comitês locais de fiscalização das políticas de meio ambiente para além dos conselhos municipais que deem maior controle para a sociedade.	CL35994
Criar e estruturar a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil com foco em mudanças climáticas, mapeamento, monitoramento e combate a desastres, além de uma comissão intermunicipal de gerenciamento de riscos	CM33022; CM33124;
Criar uma subseção de Planejamento Hidrometeorológico e Gestão de Riscos na Defesa Civil, com um acordo intermunicipal para dragagem sustentável do Rio Madeira e a criação de postos avançados de fiscalização do garimpo ilegal.	CM27658
Garantir autonomia às instituições municipais para planejar, preparar e agir com respostas rápidas e eficientes no combate a desastres naturais, reduzindo os impactos no estado.	CM39478
Incentivar pesquisas nos rios para reduzir os impactos ambientais na região.	CM32306
Criar e implementar planos de gestão de desastres com coordenação interinstitucional e participação comunitária, integrando sistemas de monitoramento em tempo real, dados	CI37513; CL32411

climáticos, geológicos e socioeconômicos, e utilizando satélites e sensoriamento remoto para minimizar efeitos e atender populações vulneráveis.	
Mapear áreas vulneráveis a desastres naturais, como regiões afetadas por cheias e secas, e implementar sistemas de alerta precoce para proteger comunidades ribeirinhas.	CL37087; CM38965
Criar um Centro de Operação em Emergência Municipal em Desastres Climáticos.	CM39577
Criar Brigadas Comunitárias de Combate a Incêndios, Queimadas e Resgate de Fauna, além de um Programa Nacional de Prevenção e Combate a Emergências Climáticas, com equipes treinadas, organizadas e remuneradas para resposta rápida a desastres, proteção da fauna e redução de impactos ambientais e sociais.	CM27658; CM22265; CL35735; CL38997
Criar programas e estratégias para enfrentar o aumento da frequência e intensificação do calor no país, principalmente em áreas onde há maior probabilidade de propagação de fogo, como floresta amazônica, cerrado e mata Atlântica, principalmente no norte do país para minimizar ou evitar que áreas verdes sejam queimadas, faunas sejam destruídas e vidas humanas não sejam perdidas.	CL32412
Construir poços artesianos e melhorar os sistemas de abastecimento de água nos municípios, aprofundando poços antes da estiagem, para prevenir a escassez hídrica, reduzir doenças transmitidas pela água e promover saúde pública e desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas ribeirinhas.	CM40194; CM34802
Realizar o Manejo dos recursos hídricos	CM38302

Implantar sistema de Arborização Urbana.	CM33122; CM32393
Implementar programa de Coleta Seletiva.	CM33123; CM32393
Evitar a urbanização e a ocupação em orlas dos rios e igarapés, que são áreas de preservação permanentes, a fim de prevenir desastres.	CM38959
Eliminar o uso do mercúrio nos processos de extração de ouro por meio da introdução de alternativas tecnológicas e materiais ambientalmente seguros e economicamente viáveis, como o extrato de Ochroma Pyramidale.	CM32305
Elaborar Políticas públicas para as áreas de risco	CM38302
Criar um programa de apoio emergencial para pescadores, implementação de projetos para piscicultores em tanques.	CM22350
Implementar soluções baseadas na natureza com áreas verdes, sistema de drenagem sustentáveis e corredor ecológico, para reduzir os impactos dos eventos extremos.	CM39580
Capacitar as comunidades ribeirinhas para a mitigação de impactos ambientais e recuperação de áreas degradadas promovendo a sustentabilidade e a resiliência ecológica na região, buscando fortalecer os conhecimentos e habilidades que lhes permitam atuar como agentes de mudança, além de contribuir para um desenvolvimento sustentável e equilibrado.	CM40209

EIXO TEMÁTICO III: JUSTIÇA CLIMÁTICA

Proposta	Código
Fortalecer os mecanismos de controle e auditoria dos inventários de emissões de gases de efeito estufa e das medidas de mitigação, adaptação e compensação dessas emissões pelos empreendedores.	CM33196
Tornar igualitário e democrático o licenciamento ambiental e regularização fundiária para os pequenos agricultores e empreendedores, sendo estes das áreas urbanas e rurais dos municípios do Estado do Amazonas.	CM33197
Criar reservas de proteção ambiental através de projetos de lei, com objetivo de proteger a biodiversidade das comunidades ribeirinhas e quilombolas.	CM36534
Implantar financiamento para fortalecer o monitoramento climático, ampliar sistemas de alerta precoce para eventos extremos (enchentes, secas e deslizamentos) e criar programas de apoio para populações atingidas, investindo em recursos para os mais vulneráveis.	CM27653; CI37518; CL34823
Criar um Fundo Nacional para financiar projetos sustentáveis, educação climática, participação popular e saberes tradicionais, garantindo 5% dos recursos públicos para conservação da natureza, direcionando apoio a comunidades vulneráveis e assegurando uma cota extra do ICMS para municípios que preservam florestas e promovem o equilíbrio da biodiversidade.	CL38479; CL36760; CL33880; CM34810; CM34806
Gerar renda para comunidades sustentáveis, valorizando produtos da sociobiodiversidade, e criar mecanismos de	CL39007; CM32308

compensação financeira por danos ambientais, direcionando recursos a comunidades vulneráveis.	
Incentivar a Economia Solidária e promover o cooperativismo, por meio da implantação de centros urbanos de reciclagem e fomento à economia circular.	CL39669
Investir em estoques alimentícios para comunidades ribeirinhas	CM31305
Implantar poços artesianos com funcionamento a energia solar e reservatórios em comunidades isoladas, garantindo acesso à água potável e seguindo modelos como o Programa Salta-Z.	CM33130; CM32394; CM38969
Implantar reservatórios de grande capacidade, adaptados à densidade populacional, e garantir mecanismos de tratamento de água para regiões de várzea, assegurando o direito constitucional ao acesso à água.	CM31306; CM37459
Intensificar a educação ambiental formal e informal nas escolas e comunidades em geral que seja de forma contínua.	CL32413
Criar projetos de Lei para que as comunidades possam ter sua sustentabilidade igualitária de forma justa dentro do meio ambiente, povos tradicionais, povos originários, quilombolas e ribeirinhos.	CM33126
Criar um instrumento legal para garantir o cumprimento do estatuto da cidade no que se refere ao plano de arborização urbana, preservação e recuperação das nascentes e leitos dos lagos e igarapés nas cidades amazônicas.	CL34085; CL34090
Implementar unidades de conservação no Município, por meio de proposta do conselho Municipal de Meio Ambiental.	CM39207

Criar proposta de lei para a aprovação do "SIM" (Selo de Inspeção Municipal) para conformidade nos processos de origem vegetal e animal.	CM39207
Fortalecer a agência reguladora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo qualidade e acesso à água potável e saneamento básico em comunidades periféricas, ribeirinhas e tradicionais, por meio de poços artesianos, cisternas e sistemas de tratamento, reduzindo desigualdades e assegurando o direito humano à água, conforme leis nacionais e internacionais.	CM34482; CL37089; CM39479
Fortalecer as empresas públicas, exigindo participação social, visando a universalização de direitos fundamentais como água e saneamento na Amazônia.	CL34086
Incentivar a implementação de projetos agroflorestais (SAF) para produtores rurais e pecuaristas, com objetivo de diminuir o desmatamento.	CM36539
Criar Fóruns Municipais de debate permanente para discutir as políticas de fomento para a região amazônica.	CM32274
Promover ações integradas entre governo, sociedade civil e setor privado para a preservação da Amazônia e a garantia de justiça climática, criando um espaço de convergência entre ciência, conhecimento tradicional e políticas públicas, respeitando os direitos dos povos da floresta e fortalecendo a resiliência ambiental.	CL32061; CL32062
Promover projeto de habituação sustentável para retirar as pessoas das aéreas de risco, evitando a ocupação as imagens de Igarapés (em APP - Áreas de Proteção Permanente) e aplicar sanções legais às empresas que ocupam essas áreas de forma ilegal	CL39731

Assegurar o acesso dos pequenos produtores e comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas da Amazônia aos programas governamentais de financiamento para agroecologia, garantindo suporte técnico e recursos financeiros para manejo sustentável, criação de animais e consórcio de plantas, fortalecendo a segurança alimentar e a resiliência diante dos desafios climáticos.	CM32273; CM40220
Incentivar economicamente empresas a implementar mecanismos de transferência de renda para comunidades rurais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconômica.	CM29091
Estimular a autonomia alimentar das comunidades tradicionais e indígenas, por meio de repasses financeiros, recursos e apoio técnico, focando no manejo sustentável e na criação de animais, como aves e suínos, além do consórcio de plantas, buscando ampliar a segurança alimentar dessas comunidades e propor alternativas viáveis e resilientes diante do desafio da seca.	CM40220
Criar e implementar políticas públicas de turismo de base comunitária e ecoturismo, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização de comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas, com projetos de geração de renda, fortalecimento do protagonismo comunitário, autogestão, capacitação e conservação cultural e ambiental, alinhando-se aos ODS.	CM37459; CL36020; CL36369
Criar Centro Nacional de Estudos e Avanços Jurídicos em Justiça Climática e Proteção Animal interdisciplinar voltado para o desenvolvimento de estudos jurídicos, produção de compêndios, artigos, doutrinas e materiais envolvendo a participação de representantes do Judiciário.	CL35738

Garantir que as comunidades em situações de vulnerabilidade participem efetivamente das tomadas de decisão em relação ao clima.	CL33880
Fortalecer a governança local e políticas públicas para garantir segurança alimentar e serviços básicos às populações tradicionais, priorizando lares chefiados por mulheres em áreas vulneráveis, com acesso a recursos naturais, moradia e políticas inclusivas de justiça climática para mitigar impactos de desastres ambientais.	CM34480; CM29088; CM29089; CL36793
Realizar a composição e formalização de políticas públicas ambientais em parceria com organizações como associações, cooperativas, grupos de mulheres e povos indígenas, e ativar um plano gestor socioeconômico municipal e estadual para gerir, conjuntamente com essas organizações, as ações e atribuições necessárias.	CM27659
Promover alternativas sustentáveis e justas para populações vulneráveis, especialmente em áreas isoladas, desafiando a lógica econômica do crime ambiental, rompendo o ciclo de dependência de atividades ilegais e integrando justiça climática e social para afastar comunidades da influência de organizações criminosas.	CL39009
Criar Brigadas de Incêndios para que possam dar apoio ao Corpo de Bombeiros, fazendo o treinamento dos comunitários e dando o suporte necessário.	CL32414
Promover a articulação com Estados e a União para oferecer apoio, por meio de mecanismos que priorizem a desburocratização, às comunidades de difícil acesso durante o período de seca dos rios amazônicos e em eventos de desastres, utilizando aeronaves anfíbias, helicópteros e	CM38973; CM33132; CM32394

aviões para a entrega de suplementos alimentares, atendimento médico e outros recursos essenciais.	
Garantir o uso das áreas de várzea para cultivo sazonal.	CM39583
Incentivar a qualificação dos munícipes em sustentabilidade.	CL36370
Valorizar e incorporar os conhecimentos, experiências e perspectivas das comunidades que vivem e atuam diretamente na preservação do meio ambiente, promovendo a Educação Climática e o desenvolvimento de infraestruturas resilientes	CM32307; CM38303
Investir em Energia Solar para as comunidades e tecnologias de Acesso à Água.	CM38303
Elaborar projetos habitacionais e de adaptação climática para famílias de baixa renda, priorizando moradias resilientes e seguras em áreas de risco, com planos municipais que orientem e fiscalizem empresas construtoras sobre desmatamento de áreas verdes urbanas e poluição de igarapés, visando reduzir vulnerabilidades a emergências ambientais como enchentes, secas e desbarrancamentos.	CM27659; CI37517; CL36002; CL37090; CL39359; CL39377; CL36626
Estabelecer amplos tipos de compensação a grupos atingidos, direta e/ou indiretamente, causados por empresas; dando assistências a ongs com pouco recursos.	CL36626; CL39349; CL39381
Garantir que as comunidades em situação de vulnerabilidades, participem efetivamente das tomadas de decisão em relação as políticas públicas em relação as mudanças climáticas.	CL34826
Renaturalizar os igarapés urbanos, devolvendo a natureza ao seu lugar de direito e restaurando a vida natural nesses espaços atualmente degradados, poluídos e ocupados	CL36001

irregularmente, promovendo a revitalização ecológica e a harmonização com o meio urbano.	
Criar hortas comunitárias com enfoque no conhecimento da Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's) que devem ser produzidos por meios de hortas comunitárias implantadas nas cidades com enfoque na concessão de uso da terra nessa produção para pessoas ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Parintins (Amazonas).	CL39916
Realizar estudo e mapeamento socioambiental e econômicos nos projetos previstos para ser implantado na Amazônia.	CM33127
Implantar Comitês de Justiça Climática, incluindo um tríplice fronteira, compostos por representantes do Sistema de Justiça, órgãos públicos e privados, universidades, povos indígenas e comunidades tradicionais, para promover ações integradas e participativas no enfrentamento das mudanças climáticas.	CM27655; CM39581
Facilitar a transferência de áreas da união para os municípios e a criação de unidade de conservação pelo município.	CM39230
Instalar escritórios físicos das instituições gestoras das Unidades de Proteção Ambiental nos municípios, facilitando a coordenação de ações, a comunicação com a comunidade e a implementação de políticas de conservação, garantindo uma gestão mais eficaz e integrada.	CM40227
Levar maquinários especializados com assistentes técnicos para a área rural no intuito de auxiliar o produtor rural, com enfoque obrigatório no traslado e comercialização obrigatória da produção rural, gerando equidade monetária aos produtores e competitividade ao comercio local.	CL39909

Garantir a disponibilidade de alimentos, renda de forma contínua e de forma sustentável no meio ecológico local, em especial a população menos favorecida e vulneráveis aos efeitos climáticos.	CM39481
---	---------

EIXO TEMÁTICO IV: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Proposta	Código
Fortalecer políticas ambientais inclusivas, com financiamento e capacitação para comunidades tradicionais, incentivando a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável da fauna e flora.	CL30897; CL30898; CL32064; CL39000; CL39002
Apoiar a transição para práticas sustentáveis na Amazônia, promovendo agroecologia, sistemas agroflorestais e tecnologias que substituam queimadas, fortalecendo a agricultura familiar e a economia local.	CM31071; CL40138; CM34816; CM38979
Implantar hortos regionais com projetos que incentivem viveiros residenciais, viabilizando a aquisição de mudas pelo poder público para a arborização urbana. E desta forma promover o reflorestamento estratégico das cidades para mitigar ilhas de calor e fomentar tecnologias locais de produção.	CM33135; CM32395; CL36648; CL39366
Desenvolver e implementar um plano estratégico de arborização urbana, priorizando o plantio de espécies nativas em áreas públicas para mitigar ilhas de calor, restaurar a biodiversidade e melhorar o conforto térmico.	CM32309; CM40242; CM40243; CL39368
Fomentar unidades comunitárias agroecológicas, integrando conhecimentos tradicionais e sistemas agroflorestais para ampliar a recuperação de áreas degradadas e impulsionar pesquisas.	CI37520; CM39210; CM39588; CM29101
Incentivar o uso de energias renováveis por meio de projetos de biomassa, promovendo inclusão socioeconômica e utilizando materiais orgânicos, como caroços de açaí, para a geração de energia elétrica.	CL32416; CL37091; CM22349; CM22351

Fortalecer a coleta seletiva e a cultura de descarte correto, incentivando a economia circular e criativa por meio de capacitações para o reaproveitamento de materiais, gerando renda e promovendo a sustentabilidade nas cadeias produtivas locais.	CL32415; CL32048; CM39586; CM36572
Implementar políticas públicas para reciclagem e destinação adequada de resíduos sólidos, integrando catadores, agroecologia e práticas sustentáveis. Através de pesquisas, mapeamento e engajamento social para minimizar os impactos do lixo urbano, promover a coleta seletiva e gerar emprego e renda.	CM33129; CM39482; CM39483
Implementar saneamento básico sustentável para proteger os recursos hídricos e melhorar a saúde da população, incluindo projetos de esgotamento sanitário, especialmente na cidade flutuante.	CM33054; CM34819; CM40241
Integrar a educação ambiental à matriz curricular das escolas públicas e privadas por meio da revisão da Política Nacional de Educação Ambiental, tornando-a disciplina obrigatória e abordando de forma incisiva temas como mudanças climáticas, desmatamento e queimadas.	CM32276; CM38983
Criar linhas de crédito subsidiado para comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e da floresta para aquisição de painéis solares, além de implantar sistemas fotovoltaicos em órgãos públicos, incluindo escolas ribeirinhas e indígenas.	CL36521; CM32275
Fomentar o Programa Bolsa Verde para incentivar a conservação dos ecossistemas e melhorar as condições de vida das comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas em áreas de preservação ambiental.	CM36561; CM37461
Adotar tecnologias para otimizar o manejo dos recursos naturais através de programas de capacitação em tecnologias verdes para jovens, promovendo economia sustentável e inclusão social.	CI37521; CL37092

Implementar unidades de conservação e zoneamento ecológico, incentivando sistemas agroflorestais, hortas urbanas e parques naturais com participação do poder público, comunidades e iniciativa privada até 2030. Ampliar a fiscalização e o monitoramento ambiental urbano e rural.	CM33065; CM34491
Estabelecer legislação que obrigue o tratamento e a reciclagem dos efluentes cinzas gerados por embarcações em operação, especialmente em rios e vias fluviais locais, abrangendo águas residuais de pias, chuveiros e lavanderias a bordo.	CM32310
Incentivar financeiramente a implementação de um plano regional para a recuperação de áreas degradadas, assegurando a restauração de rios e nascentes.	CM33131
Incentivar a criação de plataformas digitais para a comercialização de produtos orgânicos, conectando produtores diretos e indiretos.	CM27660
Implementar projetos de habitação sustentável para realocar moradores de áreas de risco, prevenindo ocupações em Áreas de Proteção Permanente (APPs) e aplicando sanções legais a empresas que ocupam essas áreas ilegalmente.	CL39783
Expandir políticas públicas para promover a geração de energia limpa por meio de sua implementação em residências e vias urbanas.	CM34485
Criar unidades de conservação estratégicas para conter a degradação ambiental e promover o uso sustentável dos recursos naturais.	CM39236
Implementar soluções sustentáveis de mobilidade terrestre para conectar Manaus a Porto Velho.	CL40145
Fomentar a segurança alimentar, a renda sustentável e a biodiversidade urbana por meio de práticas agroecológicas, capacitações e hortas educativas em escolas.	CL35733

Investir na construção de uma usina de energia hidro cinética para substituir a geração termelétrica.	CM38305
Fortalecer as comunidades tradicionais, promovendo a produção de produtos naturais e biodegradáveis com técnicas ambientalmente sustentáveis.	CM33136

EIXO TEMÁTICO V: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proposta	Código
Tornar a Educação Ambiental disciplina obrigatória na grade curricular da educação básica ao superior, com abordagem transversal e interdisciplinar, integrando saberes tradicionais, práticas sustentáveis e temas como ética humanitária e proteção animal.	CL30901; CL35995; CL34087; CM37466; CM40228; CM27665; CM36594; CM31308; CM31077; CM39591; CM34492; CL35737
Desenvolver programas de educação ambiental com oficinas, cursos, eventos e campanhas para escolas e comunidades, incluindo a criação de pelotões mirins, grupos interdisciplinares, simulações de debates ambientais e conscientização sobre direitos ambientais, coleta seletiva e redução de desperdício.	CL32046; CM29103; CL37093; CL39668; CL32049
Criar políticas municipais de educação ambiental com metas e estratégias claras, integrando-as às práticas de governança local, expandindo ações para bairros e comunidades, e implementando oficinas e cursos técnicos para criação de cooperativas de resíduos.	CM33133; CM33198; CL35996; CM29105
Fortalecer a educação ambiental dentro e fora das instituições, promovendo a prevenção de impactos ambientais, a educação climática em florestas, o apoio a comunidades vulneráveis e povos originários, além do fortalecimento de lideranças femininas na defesa do meio ambiente.	CL39011; CM39494; CL34824; CL35992
Criar o Fundo Nacional do Meio Ambiente para disponibilizar recursos aos municípios, destinando 5% dos recursos governamentais para ações ambientais e climáticas, e simplificar	CM37466; CM36590; CM34494; CL32417

regras para acesso do Terceiro Setor a fundos de emergências climáticas.	
Promover um diálogo de orientação e sensibilização com as comunidades e escolas, e elaborar um calendário comunitário e documentação para o preparo do solo com uso de fogo.	CM39212; CM40306
Descentralizar recursos do Fundo da Amazônia para produtores rurais e garantir dotação orçamentária para programas municipais que enfrentem mudanças climáticas.	CM27657; CM38988
Elaborar um portfólio de projetos socioambientais e práticas sustentáveis para a submissão as fontes de financiamento público e privado, com a criação de mecanismos operacionais de captação e gestão.	CM33199
Capacitar professores da rede de ensino, do básico ao superior, em educação ambiental, e reformar os programas para adequá-los à realidade global, com base em saberes tradicionais e científicos.	CL39371; CM39590; CL35997; CL36649
Criar aterros sanitários em cada município e consórcios intermunicipais para tratamento de resíduos sólidos, garantindo a destinação ambientalmente adequada e alinhada às ordenanças locais, com parcerias entre órgãos públicos e sociedade civil.	CL32418; CM31072; CM40308; CM38310
Priorizar investimentos em saneamento básico, coleta de lixo, asfaltamento, iluminação pública e outras infraestruturas essenciais, promovendo melhorias nas comunidades periféricas e garantindo acesso, consumo e qualidade da água no campo e na cidade.	CL39709; CL36371; CM38310
Criar um Fórum Municipal permanente de educação ambiental e políticas de fomento, com atuação na cidade, no campo e nas áreas indígenas, para discutir e promover ações sustentáveis e desenvolvimento regional.	CM27664; CM31075
Criar parques ecológicos com a finalidade de educação e conservação ambiental.	CM33137; CM32396

Desenvolver um sistema de gerenciamento de dados, com inserção de dados externos, como o IBGE e GOV, tendo como eixo principal a SEMMA, permitindo a interação com todas as secretarias e órgãos municipais, gerando dados estatísticos locais.	CM33134
Regionalizar a prestação de contas, garantindo que a logística reversa das empresas ocorra também nas regiões mais pobres do país, pois muitas empresas apresentam suas ações em logística reversa com dados alcançados nas regiões sul e sudeste do Brasil e assim atingem as metas propostas deixando de lado ações necessárias nas regiões norte e nordeste do país.	CL30902
Criar grupos multidisciplinares para fornecer treinamentos de educação ambiental para todos os setores da comunidade.	CM31078; CM32277
Desenvolver sistemas de gestão ambiental de resíduos adaptados à realidade local, com participação ativa da comunidade, e organizar eventos e ações educativas sobre separação, descarte e coleta de resíduos, garantindo eficiência e conscientização no manejo de resíduos.	CL36372; CL39710; CM39228
Criar usinas de coleta seletiva distribuídas por zonas da cidade, gerando emprego e renda, e oferecer incentivos fiscais para empresas de reciclagem, com subsídios de grandes empresas para reforçar a educação ambiental e a regularização em áreas periféricas.	CM27661; CL39666
Ampliar os mecanismos de recursos e autonomia para políticas públicas eficazes, principalmente nas áreas rurais, e inibir cortes de gastos nas pastas de meio ambiente, garantindo o enfrentamento de problemas ambientais e o desenvolvimento sustentável.	CM39497; CL35998
Criar políticas de trabalho com projetos de conservação das nascentes dos rios, reflorestando as margens conforme ditado pelas leis nacionais.	CM31079; CM32278
Criar e garantir a implementação de uma Política de Manejo e controle Populacional Municipal de Cães E Gatos na Zona Urbana	CL39918

Articular parcerias entre autoridades e organizações para propor um plano de mitigação, incluindo educação ambiental, fiscalização, reservatórios de água para emergência e orientações de saúde pública, e estabelecer conselhos comunitários de saúde ambiental para monitorar impactos.	CI37522; CL37094
Garantir um financiamento Estadual e Federal para que as embarcações regionais tenham tratamento adequado para dejetos e lixo produzidos nas embarcações, reduzindo a poluição dos rios e preservando a vida dos ribeirinhos.	CM27663
Assegurar o acesso para os pequenos produtores aos programas de governo e justiça social, a custo zero, e com financiamento para agroecologia às comunidades ribeirinhas e indígenas."	CM31074
Analisar iniciativas que promovam a sustentabilidade urbana.	CM31309
Fortalecer a participação social de forma paritária nos conselhos de meio ambiente em todas as esferas de governo, garantindo a atuação de entidades da sociedade civil nas decisões ambientais.	CL34825; CL34088; CL34089
Promover políticas públicas que integrem a governança ambiental e a educação em todas as esferas da sociedade, com a participação ativa da Sociedade Civil Organizada e dos três poderes da República.	CL39784
Integrar projetos sociais às demandas ambientais e envolver a gestão municipal na preservação de espaços e criação de ambientes sustentáveis.	CL29111; CL32418
Realizar Ações de cooperações e acompanhamento de Áreas de Proteção Permanente (APP), criando parcerias entre órgãos públicos, setor privado e sociedade civil.	CM27652
Garantir a governança e o controle das praias e ambientes aquáticos voltados para fins de recreação.	CM33138; CM32396
Incentivar a criação de legislação específica para os Estados brasileiros que ainda não têm ICMS Ecológico, por exemplo, o Estado do Amazonas.	CM38984

Criar um Comitê Estadual de Gestão Integrada para Proteção da Fauna, com representantes do governo, ONGs, setor privado, instituições de pesquisa e comunidades tradicionais, para coordenar ações de proteção à fauna e integrar políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade	CL35736
Elaborar um decreto que proíba que as pessoas sejam exploradas durante períodos de calamidade.	CM34821
Fortalecer a fiscalização ambiental, garantindo o cumprimento da lei que proíbe a queima de resíduos em áreas urbanas, ampliando equipes especializadas e judicializando crimes ambientais para assegurar a responsabilização dos infratores.	CM31068; CL39921; CM40233
Garantir a regularização fundiária e agilizar o licenciamento ambiental para produtores, com capacitações técnicas e atuação eficiente dos órgãos responsáveis.	CM27661; CM38083
Reconhecer e valorizar os profissionais da linha de frente das políticas ambientais no Brasil, garantindo melhores salários, condições de trabalho, segurança em campo, capacitação contínua e ampliação do quadro de servidores de carreira, assegurando eficácia nas ações, remuneração justa e qualidade de vida diante dos riscos enfrentados.	CL39015
Facilitar o acesso aos recursos financeiros dos planos de mitigação, ampliando a participação da sociedade civil organizada, fomentando os conselhos para capacitação de recursos do terceiro setor e da sociedade civil.	CL36649
Facilitar o acesso aos recursos financeiros dos planos de mitigação, ampliando a participação da sociedade civil organizada, fomentando os conselhos para capacitação de recursos do terceiro setor e da sociedade civil.	CL39372
Garantir a recomposição orçamentária, a ampliação do quadro de servidores e investimentos em capacitação, infraestrutura, segurança e logística para órgãos como Ibama e ICMBio, expandindo sua atuação em áreas estratégicas e fortalecendo	CL39016

sua imagem por meio do diálogo com a sociedade, tornando suas ações mais compreendidas e valorizadas.	
Garantir o financiamento para implementação do plano de gerenciamento dos resíduos sólidos e saneamento básico dos Municípios.	CM27654
Catalogar os flutuantes já existentes no local e impedir a chegada de novos, visando controlar o crescimento desordenado	CM34820
Criar e expandir áreas verdes no perímetro urbano, implementando um projeto de arborização com plantas nativas e ornamentais nas principais ruas e avenidas dos municípios.	CI37523
Disponibilizar caminhões pipa para as regiões em crise hídrica.	CM40307
Criar mecanismos de governança onde o povo esteja mais ativo nas decisões, especialmente por serem, por vezes, os mais atingidos pelas emergências climáticas.	CL30900
Fortalecer as bases comunitárias, associações e cooperativas em aspectos cruciais como autonomia, governança participativa e educação ambiental.	CM32311

CONSIDERAÇÕES

Este caderno de propostas reúne as contribuições oriundas das conferências municipais, intermunicipal e livres realizadas no Amazonas, organizadas em cinco eixos temáticos. O material reflete o esforço coletivo da sociedade, servindo como base para a discussão e definição de propostas na Conferência Estadual que possam contribuir para a criação, revisão e consolidação de políticas públicas no estado.



FLACSO
BRASIL



UnB

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO